



BIOMA, CLIMA, ECONOMIA URBANA E PLANEJAMENTO TERRITORIAL: TEORIA E *PRÁXIS* A PARTIR DA AMAZÔNIA

Ana Claudia Cardoso

UFPA | acardoso@ufpa.br

Harley Silva

UFPA | harleysilva@ufpa.br

Resumo geral: Nesta sessão buscamos uma reflexão sobre a urgência da conexão entre o tema das economias baseadas em bioma e uma nova agenda para o planejamento territorial em tempos de emergência social e climática. Esta abordagem indica caminhos para se repensar as bases neo-clássicas da economia urbana em contextos que não foram completamente convertidos à lógica capitalista estrita. A este respeito, esta sessão procura fazer este debate a partir uma matriz teórica que é indissociável de uma *práxis*, e que tem sua gênese na Amazônia contemporânea. Nesta perspectiva, as contribuições reconhecem o passado e a ancestralidade produtiva da região, e procuram organizar e explicar o presente de modo a indicar essa ancestralidade como portadora de um futuro possível para o bioma Amazônia e sua gente. Procura-se também através do caso amazônico, iluminar as possibilidades de (re)existência em outros biomas reforçando a agenda territorial de um planejamento territorial e socioecológico, que transcende as narrativas de urbanização hegemônicas.

Parcelas da comunidade acadêmica ligada à pesquisa socioambiental na região têm dificuldades de lidar com interações entre processos sociais e naturais no trópico úmido. É frequente que essa interação de processos seja observada mais “acima do dossel da floresta” do que nas interações que ocorrem abaixo dele. Dificuldades surgem também com as análises que se resumem ao fenômeno das cidades, assumindo-as como manifestação privilegiada do urbano, e por isso perdem perspectiva territorial diante da diversidade dos assentamentos humanos e de seus arranjos socioterritoriais existentes na Amazônia hoje. As cidades são parte destas configurações, mas os arranjos não são definidos somente por elas, e destaque-se que as grandes cidades são exceções.

Pensar assim, estabelece um verdadeiro campo cego para o planejamento territorial que é orientado pela lógica metropolitana e industrial, e, em decorrência disso, para a proposição de estratégias territoriais de desenvolvimento econômico e social que incorporem as economias locais baseadas no bioma incluindo seus saberes e modos de viver e produzir.

Compreender a extensão e a distribuição nos territórios de agentes econômicos, ligados a atividades cujo fundamento são produtos presentes no bioma, é atualmente um dos maiores desafios para a construção de políticas de desenvolvimento urbano e econômico para os estados da região. Neste contexto, o termo polissêmico Bioeconomia, se constitui em novo léxico econômico que oferece suporte à constituição de um novo ciclo de desenvolvimento regional, ainda justificado na extração de produtos da natureza, mas agora repaginado por novos arranjos e argumentos.

Esta Sessão Livre (SL) pergunta: quais as possibilidades reais de um projeto de desenvolvimento regional que utiliza uma *mediação urbana*, compreendida aqui pelas articulações territoriais que vão além das cidades? Como adotar as estruturas do bioma (assentamentos humanos, rios, florestas e saberes) como parte de um planejamento territorial assentado na história da formação econômica regional, e por isso inclusivo? Como respeitar os limites do bioma, quanto ao tempo e ritmo de apropriação dos produtos? Quais projeções podem advir dessa formulação no presente da região?

Ou seja, propõe-se uma reflexão sobre a realidade econômica de atividades baseadas em biodiversidade (ABB) – atividades cujo fundamento é a existência do bioma Amazônia – considerando-as de modo sistêmico com suas estruturas espaciais, seus ciclos e seus produtos. O diálogo promovido por esta SL exercita a hipótese de que as economias urbanas da Amazônia são um aspecto fundamental para compreender as possibilidades de desenvolvimento de economias baseadas em bioma. Essa economia, típica de regiões intensivas em biodiversidade tropical, caracteriza-se por processos de diversificação mediados por divisão social e técnica do trabalho urbanas, por meio das quais estruturas heterogêneas em termos territoriais, institucionais e produtivos (tecnologias) conformam sistemas dinâmicos que apresentam características muito destoantes da imagem imputada de estagnação e atraso, atrelada ao extrativismo e aos agentes econômicos com ele envolvidos.

Esta hipótese impõe uma reflexão crítica sobre um conjunto de teorias urbanas e econômicas e, assim, a uma necessidade de refundar o debate sobre o planejamento urbano e regional como planejamento territorial, e orientar seus instrumentos para a ideia do bioma vivo como *meio de produção* e suporte para garantir o andamento da vida em seus modos de habitar, fundar, distribuir, transformar, em síntese, seus modos de viver, produzir e conservar. Somente desse modo será possível superar a profunda crise climática, econômica e política vivida no momento, causada por uma lógica de exploração, guerra e morte.

MAPEANDO UNIDADES DE PAISAGEM DA PRODUÇÃO: UMA ESTRUTURA PARA ABORDAGENS INTEGRADAS PARA ANÁLISE DA SOCIOBIOECONOMIA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Antonio Miguel Vieira Monteiro

INPE | Miguel.monteiro@inpe.br

A economia agrária, com seus diversos agentes e sistemas técnicos, é o principal fator que mobiliza os elementos que geram as transformações nas paisagens social e florestal do bioma. Essas transformações produzem distúrbios de origem antrópica no ecossistema florestal e afetam a sua integridade estrutural e funcional, alterando os padrões de uso e cobertura da terra, o papel das unidades socioespaciais e seu arranjo no urbano contemporâneo Amazônico. Alteram também a distribuição da renda, dos bens e serviços associados às cadeias envolvidas nas economias regionais e locais. Nesta perspectiva, estes sistemas técnicos de produção estão diretamente relacionados à escolha de um caminho de desenvolvimento regional que pode levar à sustentabilidade ou insustentabilidade da paisagem florestal e da paisagem social, interligadas na história de ocupação da Amazônia brasileira. Neste contexto, a dimensão da paisagem e sua transformação é pouco refletida nos instrumentos do Planejamento Territorial. Nesta Sessão, argumentamos que para promover uma estrutura analítica que facilite o diálogo com o Planejamento é necessário uma nova representação territorial para as paisagens do bioma, organizadas como *Unidades de Paisagem da Produção (PLU – Production Landscape Units)*. Estas são unidades associadas aos modos de produzir operados pelos sistemas tecno-produtivos rurais, presentes na economia agrária e constitutivos das cadeias econômicas mediadas nas cidades que nos oferecem novas oportunidades na tarefa de apresentar *campos de possibilidades* para as novas formas que nascem em um velho mundo. Parte da racionalidade de projetos de desenvolvimento regional em disputa é construída como representações para os territórios onde a vida acontece. No limite, os territórios em disputa estão no centro de um projeto representacional. E todo projeto representacional necessita de estratégias de mediação. Novas representações para expressões espaciais destes territórios devem criar *regimes de visibilidade* para aquilo que é potência associada com estes lugares. Neste sentido, se constituem como instrumentos técnicos associados as visões para as alternativas em disputa, são cartografias não-hegemônicas ou contra-cartografias.

DISPERSÃO E FRAGILIDADE OU CAPILARIDADE E AJUSTE? AS LOCALIDADES URBANAS AMAZÔNICAS COMO ELEMENTO DA ECONOMIA DA SOCIOBIODIVERSIDADE.

Harley Silva

UFPA | harley74@gmail.com/ harleysilva@ufpa.br

Raul Ventura

UFPA | netoventuraraul@gmail.com / raulvneto@ufpa.br

A proposta da comunicação é refletir sobre a existência e a importância dos sistemas de localidades urbanas na Amazônia brasileira. Segundo os dados já divulgados do Censo Demográfico 2022 existem atualmente na Amazônia 5.440 localidades distribuídas nos 722 municípios da região. Trata-se, portanto, de um padrão de distribuição da população bastante peculiar a região. Analisadas de uma perspectiva convencional para avaliação do fenômeno urbano – escala, densidade, infraestrutura física e estrutura econômica etc. – estas localidades podem parecer uma anomalia em termos de organização espacial da população. Seu número elevado, sua grande dispersão no território e a pequena escala da população tornam sua incorporação o formato convencional de difusão de redes de infraestrutura, comércio e serviços difícil e dispendiosa. Entretanto, se tomamos a origem dessas localidades em termos históricos e atentarmos a quais tem as suas funcionalidades dentro das relações economia, biodiversidade e organização do espaço, notamos que desde o séc. XVII, o surgimento e permanência de ocupações desta natureza tem sido um fenômeno recorrente e altamente importante para a produção, circulação e consumo da chamada *economia extrativista amazônica*. Em nossa compreensão, três questões contemporâneas incentivam a retomada da reflexão sobre as localidades amazônicas a ser feitas nessa comunicação. Em primeiro lugar, o quadro ambiental atual tem enfatizado recorrentemente o debate sobre a economia da biodiversidade como um elemento forte de permanência do bioma. Além disso, o problema do atendimento às necessidades das populações locais, os efeitos territoriais das mudanças climáticas, dentre outros aspectos, colocam os problemas urbanos na ordem do dia das questões ambientais. Por fim, a desaceleração do crescimento demográfico no país, coloca a possibilidade de que a permanência das localidades, o aprimoramento adaptativo de suas condições de infraestrutura e a sofisticação das suas funções dentro da economia da biodiversidade se tornam questões cada vez mais importantes no funcionamento da economia da sociobiodiversidade.

A TRAMA URBANA AMAZÔNICA E O (RE)ESTABELECIMENTO DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL ASSOCIADO AOS LÉXICOS DO BIOMA.

Ana Claudia Duarte Cardoso

UFPA | aclaudiacardoso@gmail.com/ acardoso@ufpa.br

Os pactos territoriais implementados nas últimas décadas em países centrais destacam a perda de biodiversidade, a necessidade de descontaminação de águas e o direito de acesso ao território. O Sexto Relatório do IPCC (2022) justificou acordos globais para a difusão de

infraestruturas baseadas na natureza (SbNs) e reconheceu a contribuição do colonialismo para a crise climática. Entretanto tudo segue como antes nos contextos periféricos. Na Amazônia, onde populações produziram ecossistemas e foram também produzidas por eles como corpos-territórios no decorrer de milhares de anos, estas preocupações sempre existiram e resultaram em arranjos espaciais que resistem até o presente, e agora são reinterpretados como bioeconomia ecológica. Tais arranjos espaciais nunca foram reconhecidos pelas propostas de planejamento oficiais, justificadas na racionalidade abstrata euroamericana, e orientadas por interesses externos. Hoje a floresta seria uma macroinfraestrutura verde, que tanto articula como distingue comunidades, distribuídas em redes, que tanto conectam vilas e comunidades entre si quanto com as cidades, formando corredores ao longo da calha dos rios da região que são repletos de população e que capazes de coexistir com a floresta, em uma escala inimaginável para as SbNs.

A floresta nunca foi despovoada, mesmo após séculos de genocídio e epistemicídio. Nunca houve miséria ou degradação ambiental sem ação externa; havia abundância sem acumulação. Uma rede urbana amazônica como rede de cidades reflete a perspectiva externa, que deseja controlar e explorar, sem se ocupar de integrar de fato benefícios à população local. A normalização da colonização e da desestruturação da téttrade que articulava pessoas, rios, floresta e moradia, gera refugiados desde os anos 1970, que moveram para cidades de crescimento incremental e improvisado, como reverso da desestruturação de uma economia da floresta, e da supervalorização das cidades, que neste contexto não são capazes de gerar divisão social do trabalho suficiente porque estão a serviço da exportação de matéria prima.

O anúncio da precariedade nas periferias das cidades amazônicas, o que via de regra está ligado à relação com a água, o principal vetor de risco na região, expressa a intensidade da negação que as cidades fazem do bioma. Propõe-se que as soluções para as populações periféricas nas cidades e para as carências das vilas e comunidades passam pela reativação da trama verde e azul amazônica, reconhecendo suas gentes e a téttrade que associa repertórios próprios e localizados de habitar e produzir, baseados na (sua) natureza local.